

Palestra no XXX Congresso do PS do Chile

Palestrante: Beto Albuquerque – Vice-presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e secretário-geral da Coordenação Socialista Latino-americana (CSL)

Local: Santiago do Chile

Data: 28 de janeiro de 2016

Agradecimento ao convite do PSCH, Fundação Friedrich Ebert Stiftung e Instituto Igualdad. Em nome da CSL, reafirmar o apoio e solidariedade à presidente Michelle Bachelet e a coalizão de governo pela coragem de fazer as reformas estruturantes no Chile. Sigam em frente! O povo em primeiro lugar.

“Um socialismo internacionalista: Novas formas de organização e articulação política”

Democracia, liberdade e igualdade! Seguem vivos e urgentes aos socialistas!

Socialismo sem liberdade, socialismo não é.

Socialismo sem igualdade de oportunidades, socialismo não é.

1. Primavera Árabe

Manifestações populares nos últimos cinco anos na Europa (Espanha, Grécia, Itália), nos Estados Unidos (Nova Iorque), na América Latina (Brasil) e, principalmente, na África e no mundo árabe (Egito, Líbia, Síria, Marrocos, Bahrein, Tunísia).

Entre 2010 e 2013, milhares e até milhões de cidadãos saíram às ruas, ocuparam praças e cercaram sedes de governos para exigir mais democracia, dignidade, liberdade, respeito aos direitos humanos.

Conhecida como Primavera Árabe, a onda de protestos começou na Tunísia da forma menos previsível para os padrões da época.

No dia 17 de dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, um jovem vendedor de frutas e legumes teve seu carrinho confiscado por fiscais do governo que alegaram a ilegalidade de sua atividade. Indignado, o jovem foi à sede do governo local para tentar defender seu caso com o governador. O trabalho garantia seu sustento e de sua família inteira.

Diante da negativa da autoridade, Mohamed comprou duas garrafas de diluente e ateou fogo em si mesmo, na frente do prédio. A autoimolação foi o estopim dos protestos na Tunísia que provocaram a renúncia e a fuga do então presidente Ben Ali, nove dias depois da morte do jovem. Ben Ali estava há 23 anos no poder.

2. Tecnologia para mobilizar e denunciar

As manifestações ao redor do mundo surpreenderam pela rapidez com que brotaram, pela dimensão popular que assumiram e pela repercussão global que ganharam. Tudo isso foi possível porque o mundo neste século 21 é cada vez mais conectado pela internet.

Em outubro de 2011, uma rede global de movimentos de ocupação, que empunhava a bandeira "Unidos por uma mudança global", mobilizou milhões de pessoas em 951 cidades de 82 países, para reivindicar justiça social e democracia autêntica.

Interligados pela internet e pelas redes sociais como Facebook e Twitter, os cidadãos usaram celulares e smartphones para derrubar ditadores e protestar contra governos corruptos, opressores ou desacreditados. A tecnologia foi fundamental para a organização, na mobilização, na denúncia dos abusos sofridos.

A tecnologia deve ser usada pelos governos e partidos de esquerda para estimular a participação da sociedade nas suas decisões!

O cidadão não é só um voto!

3. Movimentos: Uma agenda em comum

Mas é preciso dizer que a tecnologia serviu apenas como ferramenta para os levantes.

Notemos que em todos esses movimentos, seja no mundo árabe, em Wall Street ou em São Paulo, graves distorções penalizam a maioria da população, que clama por mudanças sociais e econômicas semelhantes.

As desigualdades sociais se agigantam. É preciso enfrentar todas as desigualdades! A começar pelas sociais, de gênero e raça.

Os cidadãos QUEREM participar, interagir, cobram justiça social, igualdade de oportunidades, transparência, respeito aos direitos humanos, redução da pobreza e da miséria, menos influência de setores poderosos da economia sobre os governos. Querem mais democracia.

Demandas sociais recorrentes se repetem mundo afora.

4. Manifestação social sem partidos ou políticos

Mas o mais importante para a nossa reflexão, dos partidos socialistas e de todos os outros partidos políticos, é que esses movimentos aconteceram independentemente das legendas, dos líderes tradicionais, assim como das grandes centrais sindicais e de organizações que sempre lideraram as grandes manifestações de protesto em nossos países.

Como no caso do Brasil, em junho de 2013, um protesto de estudantes do Movimento Passe Livre (MPL) que começou em São Paulo contra o aumento das tarifas de

transporte público foi o estopim para as maiores manifestações populares desde o movimento pelas eleições diretas para presidente da República, nos anos de 1980.

Estávamos a um ano da Copa do Mundo e os investimentos milionários nos estádios de futebol, as denúncias de corrupção e a incapacidade dos governos em realizar obras de melhorias para a população das cidades-sedes aumentaram a indignação de pessoas de todas as idades e classes sociais.

Em um mês, milhões de cidadãos protestaram em 12 capitais e dezenas de cidades do interior do país. Em Brasília, ativistas ocuparam a Esplanada dos Ministérios e cercaram o Congresso Nacional. Uma semana depois, a presidente Dilma anunciou cinco medidas, em resposta às reivindicações.

Governo acuado, parlamento atordoado e a classe política sem saber como agir diante daquela mobilização inédita e que, pela primeira vez, nascera sem a colaboração de partidos ou centrais sindicais.

5. Reflexão

A reflexão que proponho parte da constatação de que governos, parlamentos, partidos e políticos em todo o mundo enfrentam uma grave crise de legitimidade, credibilidade e de representatividade.

No fundo, uma crise de confiança.

E está claro que é preciso superá-la, sob pena de nos tornarmos - todos - muito pouco relevantes para uma sociedade cada vez mais exigente. Cada vez mais ágil na cobrança de suas urgências.

A sociedade está no digital e muitos dos nossos partidos e governos estamos ainda no analógico na audiência das causas sociais e na solução dos problemas do povo.

Manuel Castells já disse que “a confiança é o que coesiona uma sociedade, o mercado e as instituições”. Sem confiança, prossegue ele, nada funciona. “Sem confiança o contrato social se dissolve”, afirma Castells.

Mas as razões dessa crise são muitas. A política tem sido marcada, em maior ou menor grau, pelo clientelismo, pela falta de transparência, pelo nepotismo e outras formas de patrimonialismo e de perpetuação no poder a qualquer custo.

A corrupção permeia o poder, governos e partidos. Nossos partidos, de forma geral, não conseguem modernizar suas estruturas, tornarem-se mais democráticos, mais abertos ao diálogo social, menos verticalizados e personalistas.

Muitos enveredam para o populismo personalista! Abandonam os projetos de estado (que são os que se eternizam como direitos) para projetos de poder e de governos (que nunca tem continuidade).

Dessa forma, os partidos tendem a perder protagonismo. Deixam de ser referência.

Ou mudamos ou seremos mudados!

6. Exemplo do Brasil

No Brasil, vivenciamos desde 2013 um processo clássico de degeneração de um projeto político que se pretendia de esquerda ou de centro-esquerda. Ou simplesmente de mudança.

O Brasil vive um dos piores momentos políticos e econômicos de sua história. Um escândalo de corrupção sem precedentes, protagonizado por ocupantes de altos postos no governo e no parlamento e por figuras destacadas do mundo empresarial.

A novidade é que estão em curso investigações que lembram a das Mãos Limpas, na Itália. O que demonstram que instituições como Polícia Federal e Ministério Público estão funcionando de forma independente.

Somada à corrupção, temos uma recessão que se aprofunda e que já compromete investimentos em programas sociais. A dívida pública não para de crescer. No ano passado, custou meio trilhão de reais, o equivalente a quase 20 anos do Bolsa Família, o principal programa de renda mínima do governo. Fechamos 1,5 milhão de vagas de emprego em 2015.

Enquanto isso, ganham os banqueiros e alguns empresários próximos do poder, beneficiados com subsídios a taxas muito vantajosas. Uma trágica ironia para um governo que se pretendia de esquerda e prometeu transferir renda aos mais pobres.

Depois de alertarmos várias vezes a presidente Dilma sobre os erros e irresponsabilidades cometidas e os riscos para o país, e não sendo ouvidos, decidimos sair do governo e disputar as eleições com Eduardo Campos e, com sua morte, com a chapa formada por Marina Silva e eu.

Infelizmente, hoje vivemos uma soma de várias crises - econômica, política, social, ética, institucional, de gestão e de credibilidade - que se retroalimentam. E que comprometem a esquerda como um todo no país e no restante do continente.

7. Novos caminhos, uma agenda de esquerda

Sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Pensar e falar mais do futuro e menos do passado.

Na eleição passada, nosso programa de governo reconhecia que o modelo de democracia brasileira vivia a crise mais aguda desde a redemocratização. E, por isso, precisava iniciar um processo de transformação. Infelizmente, a situação só se agravou desde então.

Como já citei antes, são muitas as frentes que exigem mudança. Uma agenda de esquerda passa por renovar as instituições, reorganizar o Estado, reformar a política e reinventar os partidos.

Muitas das nossas instituições públicas são obsoletas, se burocratizaram, foram apropriadas pelas corporações e necessitam ser renovadas.

O Estado deve ser modernizado, ser capaz de impulsionar o desenvolvimento de forma sustentável e justa, ganhar eficiência e transparência, manter o controle das contas públicas sem descuidar dos investimentos em educação, saúde e segurança, que devem ser públicas e universais.

Governar com planejamento, objetivos, metas e medição de resultados.

Em um regime democrático, transparência nunca é demais. Quanto menos transparente for um Estado ou um governo, menos confiável será para o cidadão e mais suscetível aos poderosos. “A opacidade do poder é a negação da democracia”, já dizia Bobbio, quando alertava para o “poder invisível”.

Uma agenda de esquerda não pode prescindir do enfrentamento da concentração de riqueza e poder. Não é possível que 1% da população global detenha a mesma riqueza dos 99% restantes, como revelou estudo da Oxfam, organização britânica, com base em dados do banco Credit Suisse.

O relatório afirma que as 62 pessoas mais ricas do mundo detêm hoje o mesmo que toda a metade mais pobre do planeta. Essa realidade sem enfrentamento é a falência de qualquer projeto democrático e socialista. Há que se enfrentar os interesses financeiros e monetaristas globalizados.

No Brasil, por exemplo, desde 1995 a União não tributa lucros e dividendos dos acionistas, milionários e bilionários. Privilégio preservado pelo atual governo. Na hora do aperto, como agora, eleva-se impostos, recria-se impostos e o governo quer mexer na idade de aposentadoria dos trabalhadores.

Não pode um governo de esquerda, ao longo de 14 anos no poder, comprometer, por ano, meio trilhão de reais para pagar serviços de juros com a dívida e ter perdido a guerra contra a dengue, Zika e outras moléstias que matam o povo.

Partidos, governos e parlamentos estão desafiados a inovar. Isso passa obrigatoriamente por conceitos como transparência radical, participação plural e popular permanente, com uso de instrumentos de consulta já previstos em várias Constituições como a nossa, como plebiscitos e referendos, mas ainda empregados de forma esporádica no Brasil.

Os partidos poderiam se preparar para oferecer ou atrair os melhores quadros da sociedade e contribuir para essa necessária inovação na política, como apregoa Moisés Naím. Utopia? Talvez sim, mas sem ela não vamos a lugar algum.

É imperioso superar a política destrutiva, verticalizada e patrimonialista que tira a vitalidade do nosso desenvolvimento econômico e social, como vemos, infelizmente, no Brasil de hoje.

E que, dia após dia, eleição após eleição, desanima o cidadão de participar da vida política e o faz descreer da democracia.

O povo não pode se desgostar definitivamente da política.

A política não pode animar apenas os filiados aos partidos. Precisa animar a sociedade a conduzir decisões e mudanças.

Se não dermos o exemplo e fizermos os jovens apaixonarem-se pela política perderemos o futuro!

Precisamos de espaços para nossos debates comuns. Fóruns onde não seja proibido ou escondido nenhum debate, nenhuma realidade. CSL, Aliança Progressista e outros nos permitem isto. Blogs comuns para expressarmos ideias também.

Sigamos na luta!

Abraço,

Beto Albuquerque